

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Caetano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Finalmente, o PMDB assume o seu papel.

A safra de reuniões entre o presidente Sarney, o ministro Fúaro e as lideranças do PMDB, este fim de semana em Brasília, rendeu o primeiro resultado positivo destes longos meses de aridez política e de caos econômico: não só o governo mas também o PMDB, pela palavra do seu mais alto representante, o sr. Ulysses Guimarães, reconhecem, afinal, que a situação é crítica e que seus desdobramentos podem ser gravíssimos, e se dispõem a fazer alguma coisa juntos — e é esta a maior e mais auspiciosa das novidades — para evitar que isso aconteça ou, pelo menos, para reduzir ao mínimo os efeitos da inevitável rebordosa da manipulação política do Plano Cruzado.

Não há, ainda, uma decisão ou uma opção claramente definida sobre os caminhos a tomar, ou, se há, o governo prefere mantê-la ainda em sigilo, à espera, talvez, de sinais que lhe sugiram a viabilidade da sua aplicação. Mas o simples reconhecimento, por parte das autoridades, da gravidade da nossa situação depois de tanto tempo de tentativas de tapar o sol com a peneira, já é um grande passo à frente. O mais importante é que agora, pela palavra do seu presidente, o PMDB associa definitivamente a sua sorte à sorte do presidente Sarney, na alegria ou na desgraça, na riqueza ou na pobreza. Estudará junto com ele as medidas a serem adotadas e dará firme apoio a estas medidas, quando elas forem implantadas, o que, para bem ou para mal, torna outra vez possível uma ação governamental que pelo menos reduza a desconfiança que reina hoje diante da impressão generalizada de que o governo perdeu o controle da situação.

Sobre este tardio reconhecimento da realidade pelo governo e pelo PMDB, cabe lembrar — uma vez que o que se reconhece é a gravidade extrema da situação — que nós e os outros brasileiros que reconhecemos aquilo que o governo e seu partido reconhecem agora há mais tempo, e por isso fomos tachados de “pessimistas” e até de “antipatrióticos”, não fomos, nunca, pessimistas com relação ao Brasil. Fomos, e continuamos isto sim, pessimistas com relação ao(s) governo(s) brasileiro(s). É uma lembrança oportuna, porque traz uma mensagem de esperança: se há um fato que comprova acima de qualquer dúvida a vitalidade deste país e de sua economia privada; se há um fato que prova o quanto o Brasil é digno de qualquer otimismo é o fato de ele ter resistido, até hoje, aos governos que já teve. E se o da Nova República superou, em muitos aspectos, as características negativas dos governos que o precederam; se a rebordosa que carrega hoje nossos horizontes promete ser maior do que nunca, o fato é que a economia brasileira, como tal, em sua estrutura básica, ainda não foi atingida por ela; ainda não perdeu substâncias irrecuperáveis em função do que se tem passado. Poderá começar a perder substância a partir de agora, quando a rebordosa se desencadear em toda a sua fúria. Mas, antes disso, pode ainda recuperar-se, até para enfrentar melhor a tempestade, bastando para isso que o governo se enquadre à realidade dos fatos a tempo, e que siga respeitando esta realidade — a realidade inexorável da economia cada vez mais internacionalizada e interdependente e cada vez mais inapelavelmente regida pelos mecanismos do mercado — por tempo suficiente para que os produtores privados nacionais se reorganizem e reajam. Tudo ainda pode ser consertado, desde que o governo não atrapalhe, com perdas relativamente pequenas.

Inevitavelmente, porém, com perdas. E com todas as consequências sociais que as perdas em economia costumam ter. É nesse momento que começa a pesar decisivamente o “fator político”, que costuma pôr tudo a perder...

Entre os muitos “balões de ensaio” soltos este fim de semana, para testar as medidas em estudo, estava o que nós divulgamos em nossos jornais. O elenco de medidas que estaria sendo preparado pelo presidente Sarney com o aval do PMDB incluiria os seguintes pontos principais: a “desistência” do governo do crescimento acelerado, substituído agora pela ênfase no combate à inflação calcado no controle dos gastos públicos; estímulo às exportações e negociações com os credores para a obtenção de um prazo de carência que nos desse tempo de recompor o estoque de reservas de moedas fortes, o que se pretende conseguir reformulando a visão do “maior partido do Ocidente” a respeito do FMI, a única entidade capaz de viabilizar, com seu aval, um acordo desse tipo; e implantação de um programa voltado para o incentivo dos investimentos, tanto internos quanto externos...

Temos motivos mais que suficientes para sermos céticos quanto ao bom senso do governo e do PMDB e quanto à capacidade dos mais esclarecidos dentro de ambos de obterem de seus pares o reconhecimento de tudo que eles têm negado desde sempre. De qualquer maneira, o que temos a dizer sobre estes “balões de ensaio” é o que dizem os italianos: si non e vero e benne trovato! Sejam quais forem as resistências e sejam quais forem as medidas que venham, afinal, a ser adotadas, a verdade é que não se conseguirá pôr ordem na economia brasileira; não se conseguirá evitar a rebordosa final se algo muito parecido com isso não for feito. Mesmo com a reativação das nossas exportações, não se conseguirá recompor o estoque de reservas de moedas a tempo de evitar uma crise cambial, do mesmo modo como, muito provavelmente, não se conseguirá um acordo duradouro com os credores sem o aval do FMI. Quanto à política de incentivo aos investimentos, principalmente os estrangeiros, já que os nacionais, quando muito, seriam suficientes para recuperar, a médio prazo, o funcionamento do parque produtivo no ritmo em que funcionava antes do Plano Cruzado, sua necessidade é óbvia e urgente: o investimento de risco é a única maneira de se obter “dinheiro novo” rápido e barato.

Persiste ainda, contudo, segundo se informa de Brasília, a tentação de se implantar um novo congelamento de preços, ainda que, desta vez, apenas sobre alguns produtos (a intenção seria quebrar a unidade dos empresários e produtores) e por tempo estritamente determinado (fala-se em 90 dias), artifício por meio do qual se eliminaria — na base de troca — o mortal “gatilho salarial” que, enquanto estiver disparando, deita por terra qualquer tentativa eficaz de controle da inflação. Mas além das dificuldades políticas óbvias que tal tentativa encontraria, ela teria um corolário incontrolável: um congelamento, mesmo parcial, agravaria terrivelmente a situação cambial do País, prejudicando as vitais exportações e acumulando pressões explosivas, mais uma vez, para o momento do descongelamento.

A experiência do Plano Cruzado, do congelamento prolongado com aumento do poder aquisitivo da população, já mostrou o que pode render. E, como vimos acima, o que está em discussão em Brasília é a alternativa entre o tratamento estritamente racional do problema econômico criado — que seria o que se descreve no elenco de medidas que apresentamos em primeiro lugar — e a tentativa de fazer um tratamento misto do problema, balanceando-o com mais concessões políticas, de

modo a empurrá-lo com a barriga mais um pouco para, mais à frente, “ver se dá” para conter a explosão em que este tipo de expediente sempre acaba.

Se nos fosse dado fazer uma sugestão, pensando estritamente no interesse nacional, esta seria a de que o presidente Sarney e o PMDB que, empurrados pela profundidade da crise, agora aceitam que a gravidade da situação é maior que os pequenos interesses políticos ou particulares de cada um, e se aproximam, preparando-se para juntar forças para a ação, evitem o quanto puderem cair novamente na tentação de repetir, seja com a dosagem que for, os erros que acabaram de cometer. Que confiem mais no povo brasileiro e apresentem-se a ele, com toda a seriedade, para desvendar-lhe toda a situação em que estamos e para adverti-los das consequências de mais temporizações. Sobretudo na crise, não há alternativa para a verdade. Que façam o que têm que fazer — que é aquilo que consta de todos os manuais de economia e que é aceito por todas as pessoas de bom senso — mesmo que isto implique sacrifícios pesados para todos os brasileiros. Se eles acreditarem que “a coisa é séria”, que é mesmo “para conservar”, eles aceitarão esses sacrifícios.

Mas poupem-nos — pelo amor de Deus! — novas “saídas criativas”. O Brasil não agüentaria...